

A CGTP-IN participou na Conferência promovida pela FAO em Roma nos dias de Julho de 1979

. DISTRIBUIÇÃO DOS MATERIAIS

O trabalho da CGTP-IN foi distribuído através da Secretaria da FAO, por solicitação da CMT (grande parte dos exemplares foram, mais tarde, encontrados no lixo por delegados da França que os recuperou para a distribuição).

O trabalho da CGTP-IN e os documentos da III Conferência da RA foram entregues à mesa da Comissão de Políticas Nacionais, para encaminhamento ao gabinete de estudos da FAO.

O trabalho da CGTP-IN, os documentos da III Conferência da RA e os documentos do Tribunal Cívico foram entregues, pessoalmente, ao Papa João Paulo II.

Pessoalmente, foram distribuídas colecções completas dos materiais a:

- Universidade de Paris (prof. Jacques Chonchol)
- UNRISD (Solar Barracclough)
- Conselho Mundial das Igrejas
- Direcção da FAO
- CMT
- UISTAF?
- FSM
- Governo do Panamá
- Governo de França
- Governo de Angola
- Governo de Moçambique
- Governo de Guiné-Bissau
- Governo de Cabo Verde
- Governo de Cuba
- Governo da RDA
- Governo da Zâmbia
- Governo de Argélia
- Governo das Bermudas
- Governo de Tanzânia
- Governo da Índia
- Cerca de 40 jornalistas da imprensa internacional

através de dois Delegados António Gaspar Ramos, sócio fundador do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Portalegre e Zillah Branco

. Intervenção sobre Participação Popular, na Comissão I (de políticas nacionais). A Zillah pediu a palavra , como delegada da CMT. Como não lhe foi concedida segundo a ordem de inscrição, enviou para a mesa da sessão o texto que pretendia ler. Houve discussão entre os membros da mesa, parecendo haver divergências quanto à concessão da palavra. Entretanto, foi-lhe concedida a palavra antes do delegado governamental português (talvez para que ele tivesse oportunidade de contestar).

O TEOR DA INTERVENÇÃO

" Foi referida por vários governos, nesta reunião, a necessidade de se reconhecer o carácter político da Reforma Agrária como sendo determinante na transformação sócio-económico. Tal aspecto está reflectido directamente na participação dos trabalhadores , que a FAO preconizou no seu programa de acção como necessária na orientação da política agrária.

" Há portanto que incorporar nos projectos de RA a dinâmica própria do movimento dos trabalhadores e impedir que forças retrógradas a destruam.

"Propomos que seja acrescentado um parágrafo no Programa de Acção recomendando aos governos: apoiar e defender as iniciativas das organizações já existentes e construídas pelos trabalhadores.

"Para objectivar a necessidade de tal determinação vou relatar um exemplo concreto: em Portugal foram formadas 550 UCPs com o esforço dos trabalhadores. Hoje , o Ministério da Agricultura desenvolve uma política que visa a sua destruição : 200 UCPs têm o crédito cortado há mais de 2 anos; 34 UCPs foram destruídas para que 180 mil hectares fossem devolvidos aos antigos latifundiários; o Estado deve 17 milhões de dólares às UCPs pela retenção do pagamento dos produtos entregues, retirada de factores de produção, etc.; são 15 mil os desempregados, quando a RA no seu primeiro ano havia criado 40 mil novos postos de trabalho; contra a defesa da RA feita pelos trabalhadores agrícolas o MAP utiliza a asfixia económica e a repressão violenta; temos um saldo de 600 vítimas, trabalhadores desarmados que foram atacados pelas forças militarizadas em nome do MAP.

" Toda esta acção é feita contra a Constituição da República. Os trabalhadores já levaram ao tribunal 200 processos crime contra o MAP e já obtiveram vitórias nos dois primeiros que foram julgados.

" Para que as definições adoptadas pela FAO não sejam somente uma afirmação de boas intenções sem efeito concreto, há que indicar o caminho para que as orga-

nizações de trabalhadores possam denunciar à FAO a realidade que sofrem e alcançarem uma forma de solidariedade efectiva que permita realizar plenamente a RA prevista ".

A intervenção causou um certo impacto, por duas razões: 1) a denúncia de uma realidade que estava a ser ocultada pelo discurso tecnocrata e favorável a uma RA abstracta feito pelo Ministro Vaz Portugal; 2) por ter sido rompida uma norma diplomática que impede referências críticas aos governos.

Quando o delegado governamental português (Dias Nogueira) falou a seguir não fez qualquer referência ao que antes fora dito. Falou sobre extensão rural (tema predilecto das intervenções da delegação governamental) sem referir a situação concreta de Portugal. No dia seguinte, um jornal da "oposição consentida", o Pan (feito e distribuido dentro da FAO), relatou a intervenção acrescentando que a delegação francesa criticara junto à FAO o "abuso" da nossa intervenção e que su gerira que não devíamos ter direito à palavra e que não era correcto os delegados não governamentais continuarem a atacar os governos quando lhes fosse dada a palavra. Entretanto, dois membros da delegação francesa afirmaram a sua solidariedade connosco e aclararam a situação com o chefe da sua delegação que negou ter apresentado qualquer critica.

Tivemos receio de que houvesse um aproveitamento por forças divisionistas da nossa intervenção. Expusemos a um representante da FAO o nosso respeito pela Conferência e a necessidade de exprimirmos uma realidade que ameaça a RA, afinal defendida pela própria Conferência.

Ao que parece todos estão de acordo em que foi útil a denúncia. O conteúdo da intervenção havia sido previamente conhecido pelos camaradas da UISTAFP, pelos representantes da CMT e pela própria mesa da FAO que dirigia os trabalhos.